PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARECHAL FLORIANO
TRABALHO, UNIÃO E RESILIÊNCIA

PLANO DE PREPARAÇÃO DO SETOR SAÚDE DE MARECHAL FLORIANO PARA OS IMPACTOS DO EL NIÑO 2026-2027



2026-2027

Plano Municipal de Contingência para os impactos do El niño 2026 a 2027 - 1ª edição

PREFEITO

Paulo Lovatti Júnior

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fabiana Evald

SUBSECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ivanilda Silva de Andrade

EQUIPE TÉCNICA

Coordenadora Farmácia

Daniele Ewald

Coordenadora da imunização

Dileuza Maria Huver

Coordenador do Centro de saúde

Gilmar Miranda

Coordenadora de Vigilância Ambiental

Maria Luiza Silva Rodrigues

Coordenadora de Vigilância Epidemiológica

Mariana Uliana Kiefer

ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO

Mariana Uliana Kiefer

Maria Luiza Silva Rodrigues

REVISÃO E COLABORAÇÃO

Aline Feliciano Silva

Elissa Orlandi

Fábio José Stein

Ivanilda Silva de Andrade

Lisiany Cristina Costa Nakahara

Terezinha de Jesus Moreira

APRESENTAÇÃO

As alterações nos padrões climáticos e a ocorrência de eventos hidrometeorológicos extremos representam desafios à gestão pública, exigindo ações de prevenção, preparação e resposta para reduzir os riscos à saúde e proteger a população. Nesse contexto, o setor Saúde desempenha papel fundamental no monitoramento de ameaças, na prevenção de agravos e na manutenção da continuidade da assistência.

O Plano Municipal de Contingência do Setor Saúde de Marechal Floriano para os Impactos do El Niño 2026–2027 constitui um instrumento de planejamento e organização das ações da Secretaria Municipal de Saúde diante de possíveis eventos adversos associados à variabilidade climática. Seu objetivo é fortalecer a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS) no município, contribuindo para a redução dos riscos à saúde e a proteção da população potencialmente exposta.

A estrutura operacional está organizada em quatro níveis de ativação — Normalidade, Atenção e Emergência — que orientam a intensificação progressiva das ações de vigilância, prevenção, preparação e resposta, conforme a evolução dos cenários de risco.

A implementação do Plano envolve a atuação integrada das áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde, considerando as atribuições da Vigilância em Saúde, da assistência e da gestão, além da articulação com a Defesa Civil e demais setores municipais, estaduais e federais, quando necessário. As ações contemplam o monitoramento de riscos ambientais e epidemiológicos, a identificação de grupos vulneráveis, a comunicação de riscos e a organização dos serviços diante de possíveis impactos sobre a saúde da população.

Por se tratar de um instrumento dinâmico, o Plano deverá ser periodicamente avaliado e atualizado, considerando as condições climáticas, ambientais, epidemiológicas e assistenciais, bem como os recursos disponíveis e as necessidades identificadas no território municipal. Sua operacionalização pressupõe o acompanhamento contínuo dos indicadores pertinentes, a revisão das estratégias adotadas e o aprimoramento dos fluxos de comunicação e tomada de decisão, com vistas ao fortalecimento da capacidade institucional do município para prevenir, responder e recuperar-se dos possíveis impactos do El Niño no período de 2026–2027.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **5**

2. OBJETIVO **7**

2.1. OBJETIVO GERAL 7

2.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS 7

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO **8**

4. CARACTERIZAÇÃO DO EL NIÑO E DO CENÁRIO CLIMÁTICO **10**

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E HISTÓRICO DE EVENTOS 11

4.1.1. Caracterização climática **11**

4.1.2. Fatores de exposição e vulnerabilidades territoriais e populacionais associados **12**

4.1.3 Histórico de eventos climáticos, ambientais e desastres relevantes para o município **15**

4.1.4 Aprendizados e necessidades a partir de eventos anteriores **17**

4.1.5 Relação entre alterações climáticas e principais agravos à saúde **17**

5. PRINCIPAIS RISCOS A SEREM MONITORADOS **19**

6. NÍVEIS OPERACIONAIS **20**

7. MATRIZ DE AÇÕES DAS ÁREAS TÉCNICAS **21**

8. ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO **46**

9. INTEGRAÇÃO COM OS INSTRUMENTOS EXISTENTES **47**

10. CONTATOS DAS EQUIPES E SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **48**

REFERÊNCIAS **49**

1. INTRODUÇÃO

O El Niño caracteriza-se pelo aquecimento anômalo e persistente das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial, associado a alterações na circulação atmosférica que podem influenciar os padrões de temperatura e precipitação em diferentes regiões do planeta. Seus efeitos variam conforme a intensidade e a duração do fenômeno, bem como as características geográficas e ambientais de cada território. Dessa forma, no planejamento das ações de saúde, o El Niño deve ser considerado como um fator de modulação dos riscos climáticos, e não como causa única ou determinante isolado da ocorrência de um evento específico (INMET, 2024; CEMADEN, 2026).

No Brasil, os efeitos associados ao El Niño apresentam diferentes manifestações regionais. Na Região Sudeste, podem ocorrer alterações na distribuição e intensidade das chuvas, além de temperaturas acima da média, especialmente durante a primavera e o verão. Para o período de 2026–2027, as projeções climáticas indicam a manutenção e intensificação do fenômeno, com possibilidade de temperaturas elevadas e alterações nos padrões de precipitação. Entretanto, os impactos apresentam distribuição variável entre as regiões brasileiras, sendo necessário acompanhar continuamente os prognósticos oficiais (INMET et al., 2026; CEMADEN, 2026).

No estado do Espírito Santo, a influência de fenômenos climáticos de grande escala pode se refletir em alterações na distribuição temporal e espacial das chuvas, elevação das temperaturas e ocorrência de períodos de estiagem. Para o período de 2026–2027, as projeções climáticas devem ser interpretadas de forma probabilística e acompanhadas continuamente pelos órgãos oficiais de monitoramento meteorológico e climático. A atualização permanente dessas informações é fundamental para que as ações previstas neste Plano sejam ajustadas à evolução dos cenários de risco e às condições observadas no território estadual (INCAPER, 2026; INMET, 2026; CEMADEN, 2026).

O município de Marechal Floriano, localizado na Região Serrana do Espírito Santo, apresenta características geográficas e climáticas que devem ser consideradas no planejamento das ações de preparação para os possíveis impactos do El Niño. De acordo com o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil do município, Marechal Floriano possui clima tropical de altitude, com precipitação pluviométrica anual estimada em aproximadamente 1.700 mm e período de maior ocorrência de ameaças associado às chuvas entre os meses de outubro e março. Seu território é marcado pela presença da bacia hidrográfica do Rio Jucu Braço Sul, além de importantes cursos d’água, como o Rio Fundo e os córregos Batatal e Rancho Alegre. A ocupação de áreas próximas às margens dos rios e encostas, associada às características do relevo e às alterações ambientais,

contribui para a vulnerabilidade do município a eventos como enxurradas, inundações e deslizamentos (MARECHAL FLORIANO, 2025).

Os períodos prolongados de calor podem favorecer quadros de desidratação, exaustão térmica e agravamento de doenças cardiovasculares e respiratórias, especialmente entre crianças, idosos, gestantes, pessoas com doenças preexistentes e trabalhadores expostos ao calor, incluindo aqueles que desenvolvem atividades agrícolas. Da mesma forma, a baixa umidade e a fumaça proveniente de queimadas podem comprometer a qualidade do ar e agravar sintomas e doenças respiratórias. Esses impactos reforçam a importância de medidas preventivas e de orientação à população, com atenção especial aos grupos mais vulneráveis (BRASIL, 2024; OMS, 2025).

A disponibilidade e a qualidade da água também constituem aspectos prioritários para a saúde pública. A irregularidade das chuvas e possíveis períodos de redução da disponibilidade hídrica podem comprometer o abastecimento de água para consumo humano, especialmente nas comunidades rurais e em localidades que utilizam diferentes modalidades de abastecimento. Essas condições reforçam a necessidade de fortalecer a vigilância da qualidade da água, por meio do monitoramento dos sistemas e soluções alternativas de abastecimento, da coleta e análise de amostras e da adoção de medidas oportunas diante de resultados insatisfatórios (BRASIL, 2017; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2026).

Outro aspecto relevante é a possível influência das alterações climáticas sobre a ocorrência de arboviroses, especialmente dengue, chikungunya e Zika. As variações de temperatura, precipitação e umidade podem modificar as condições ambientais favoráveis à proliferação do mosquito Aedes aegypti. Períodos alternados de chuva e estiagem também podem favorecer o armazenamento de água em recipientes e reservatórios, reforçando a necessidade de intensificar as ações de vigilância epidemiológica e ambiental, controle vetorial, eliminação de criadouros e educação em saúde (BRASIL, 2026; ESPÍRITO SANTO, 2026).

Os riscos climáticos não atingem todos os grupos populacionais da mesma maneira. A idade, as condições de saúde, as características socioeconômicas, a localização da moradia, as condições de trabalho e as dificuldades de acesso aos serviços podem ampliar a vulnerabilidade de determinados grupos. Em Marechal Floriano, a atenção às comunidades rurais, aos trabalhadores do campo, aos idosos, às crianças e às pessoas com doenças crônicas deve integrar o planejamento das ações de prevenção e resposta (IPCC, 2022; OMS, 2025).

Além dos impactos diretos sobre a população, as condições climáticas adversas podem comprometer o funcionamento dos serviços de saúde. A disponibilidade de água, energia elétrica, medicamentos, vacinas e demais insumos essenciais devem ser considerada na preparação da rede

municipal, garantindo condições adequadas de armazenamento e conservação dos imunobiológicos e a continuidade das atividades assistenciais e de vigilância (BRASIL, 2026; ESPÍRITO SANTO, 2026).

Diante desse cenário, a preparação do setor Saúde de Marechal Floriano deve ocorrer de forma integrada, envolvendo Vigilância em Saúde, Atenção Primária à Saúde, gestão municipal, Defesa Civil, meio ambiente, assistência social, agricultura e demais setores estratégicos. A articulação entre essas áreas é fundamental para integrar informações meteorológicas, ambientais e epidemiológicas, identificar situações de risco e organizar medidas preventivas e respostas oportunas (BRASIL, 2022; ESPÍRITO SANTO, 2026).

A elaboração deste Plano justifica-se pela necessidade de fortalecer a capacidade municipal de monitoramento, prevenção, preparação e resposta aos possíveis impactos associados ao El Niño 2026–2027. O planejamento antecipado permite identificar populações e territórios prioritários, estabelecer responsabilidades, organizar recursos e preservar a continuidade dos serviços de saúde, contribuindo para a redução de riscos e a proteção da população.

Dessa forma, o Plano de Preparação do Setor Saúde de Marechal Floriano para os Impactos do El Niño 2026–2027 constitui instrumento de planejamento e gestão de riscos destinado a orientar as ações municipais diante dos possíveis efeitos do fenômeno. Como princípio orientador, propõe-se um processo contínuo de monitorar → analisar → antecipar → agir → avaliar → aprimorar, permitindo que as informações e experiências obtidas durante o acompanhamento dos cenários sejam incorporadas ao aperfeiçoamento das estratégias municipais de proteção à saúde.

2. OBJETIVO

2.1. OBJETIVO GERAL

Estabelecer diretrizes para a organização, preparação, monitoramento e resposta da Secretaria Municipal de Saúde de Marechal Floriano diante dos possíveis impactos do El Niño 2026–2027, com ênfase em vendavais, ondas de calor, baixa umidade, chuvas intensas e outros eventos climáticos extremos, visando reduzir riscos, proteger a saúde da população e garantir uma resposta coordenada e eficaz.

2.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS

I. Fortalecer a articulação entre os setores da Saúde para preparação e resposta aos eventos

climáticos extremos;

II. Intensificar a vigilância das condições meteorológicas, ambientais e epidemiológicas;

III. Identificar grupos e territórios mais vulneráveis aos impactos climáticos;

IV. Preparar os serviços de saúde para garantir a continuidade da assistência;

V. Intensificar as ações de prevenção e controle das arboviroses, especialmente dengue, chikungunya e Zika;

VI. Fortalecer a comunicação de riscos e as orientações à população e aos profissionais de saúde;

VII. Manter uma Sala de Situação para integração e análise das informações;

VIII. Estabelecer fluxos para mobilização e resposta, incluindo, quando necessário, a ativação do Comitê Operativo de Emergência em Saúde (COE-Saúde).

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Marechal Floriano está localizado na Região Sudoeste Serrana do estado do Espírito Santo. Possui área territorial de 285,495 km² e, segundo o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), população de 17.641 habitantes, com densidade demográfica de 61,79 habitantes/km². A estimativa populacional do IBGE para 2026 é de 19.159 habitantes. Sua divisão político-administrativa é constituída por quatro distritos: Sede, Araguaia, Santa Maria de Marechal e Victor Hugo (IBGE, 2022; IBGE, 2025; IBGE, 2026; PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, 2026)

O território municipal apresenta características predominantemente serranas, com relevo que varia de fortemente ondulado a montanhoso. A sede municipal está situada a aproximadamente 560 metros de altitude, e o clima é classificado como tropical de altitude, com variações de temperatura relacionadas às diferenças de altitude e às características geográficas locais. A vegetação é composta por remanescentes da Mata Atlântica, além de áreas de pastagens e culturas agrícolas. Essas características ambientais influenciam as condições climáticas locais e devem ser consideradas no planejamento das ações de preparação do setor Saúde (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, 2026; IJSN, 2009).

A ocupação territorial apresenta características urbanas e rurais, com comunidades distribuídas entre a sede municipal, os distritos e diferentes localidades do interior. A economia possui forte participação das atividades agropecuárias, com destaque para o cultivo de café, a

avicultura e a olericultura. A presença de propriedades rurais e trabalhadores que desenvolvem atividades diretamente expostas às condições ambientais representa um aspecto importante para a avaliação dos possíveis impactos relacionados às temperaturas elevadas, à irregularidade das chuvas e à ocorrência de incêndios em áreas de vegetação (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, 2026; INCAPER, 2017).

A hidrografia municipal está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Jucu, tendo como principais cursos d'água o Rio Jucu Braço Sul e o Rio Fundo. Esses recursos hídricos apresentam importância ambiental e socioeconômica, especialmente para as comunidades rurais e atividades agrícolas. A disponibilidade e a qualidade da água constituem aspectos relevantes para a saúde pública, principalmente diante de possíveis alterações no regime de precipitação e na disponibilidade hídrica associadas ao El Niño (INCAPER, 2017; IJSN, 2009).

As características do relevo, da vegetação e da ocupação territorial tornam necessária a avaliação das condições de vulnerabilidade ambiental do município. O acompanhamento das temperaturas, da distribuição das chuvas, da umidade relativa do ar e da disponibilidade hídrica é fundamental para identificar possíveis alterações nos padrões climáticos e antecipar medidas de prevenção e proteção da população, especialmente nas comunidades rurais e localidades mais afastadas da sede municipal (INCAPER, 2017; CEMADEN, 2026).

Figura 1. Imagem de satélite do município de Marechal Floriano–ES, com delimitação de seu território.



Fonte: Google Earth, 2025.

4. CARACTERIZAÇÃO DO EL NIÑO E DO CENÁRIO CLIMÁTICO

O El Niño-Oscilação Sul (ENOS) corresponde a um fenômeno climático de grande escala, associado à interação entre o oceano e a atmosfera na região do Pacífico Equatorial. Sua fase quente, denominada El Niño, caracteriza-se pelo aquecimento persistente das águas superficiais do Pacífico Equatorial, acompanhado de alterações na circulação atmosférica. Essas mudanças podem influenciar os padrões de temperatura e precipitação em diferentes regiões do planeta, favorecendo a ocorrência de condições meteorológicas extremas e produzindo possíveis impactos sobre a saúde da população e o funcionamento dos serviços essenciais (INMET, 2023).

Para o período de 2026–2027, as projeções indicam a manutenção e a intensificação do fenômeno, com elevada probabilidade de ocorrência de um episódio de intensidade muito forte e possibilidade de permanência até, pelo menos, o primeiro trimestre de 2027. De acordo com o Boletim nº 5 do Painel El Niño, referente a outubro de 2026, a previsão para o trimestre de novembro de 2026 a janeiro de 2027 aponta maior probabilidade de temperaturas acima da média em quase todo o Brasil e de chuvas acima da média em partes da Região Sudeste. Entretanto, a distribuição das precipitações poderá variar entre as localidades, sendo necessário acompanhar as atualizações dos prognósticos oficiais (INMET et al., 2026).

No Espírito Santo, esse cenário exige atenção às temperaturas elevadas e à possibilidade de episódios de precipitação intensa, considerando também a ocorrência de períodos de irregularidade das chuvas. Para Marechal Floriano, município marcado pelo relevo acidentado, áreas de encostas, cursos d’água e comunidades rurais, a combinação de chuvas intensas e características do território pode favorecer ocorrências de enxurradas, alagamentos e movimentos de massa em áreas suscetíveis. Também devem ser considerados possíveis períodos de calor, baixa umidade do ar, vendavais e incêndios em vegetação, com repercussões sobre a qualidade ambiental, a disponibilidade de água e as condições de saúde da população.

No âmbito da saúde, os possíveis impactos incluem o aumento de agravos relacionados ao calor e à exposição à fumaça, alterações na qualidade da água para consumo humano, interrupções no abastecimento e mudanças nas condições ambientais que podem favorecer a proliferação de vetores e a ocorrência de arboviroses, como dengue, chikungunya e Zika. Também merecem atenção os riscos à população residente em áreas de maior vulnerabilidade, aos trabalhadores rurais e às pessoas com maior suscetibilidade aos efeitos das condições climáticas adversas.

Diante desse cenário, o período de maior atenção deverá compreender principalmente a segunda metade de 2026 e os primeiros meses de 2027. Será necessário manter o acompanhamento contínuo das condições meteorológicas, hidrológicas, ambientais e epidemiológicas, em articulação

com a Defesa Civil e os demais setores municipais, a fim de identificar precocemente situações de risco e orientar a adoção de medidas de prevenção, preparação e resposta pelo setor Saúde.

Ressalta-se que as projeções climáticas representam cenários probabilísticos e não determinam a ocorrência de um evento específico em determinado território. Assim, as informações deverão ser monitoradas e atualizadas conforme a divulgação de novos prognósticos, avisos e alertas pelos órgãos oficiais, permitindo a revisão das estratégias de prevenção e resposta de acordo com a evolução das condições climáticas e dos riscos identificados no município (CEMADEN et al., 2026).

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E HISTÓRICO DE EVENTOS

4.1.1. Caracterização climática

O município de Marechal Floriano apresenta clima tropical de altitude, característica relacionada à sua localização na região serrana do Espírito Santo, às condições do relevo e às variações de altitude existentes em seu território. A sede municipal está situada a aproximadamente 560 metros de altitude, com condições climáticas que podem variar entre as diferentes localidades em função das características geográficas e ambientais (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, s.d.).

De acordo com os dados meteorológicos disponibilizados para o município, são apresentados valores de temperatura média de 20,1 °C, temperaturas máximas de 29 °C e mínimas de 14 °C. Em relação à precipitação, o volume anual informado é de aproximadamente 1.700 mm, com maior concentração de chuvas entre outubro e março e menores índices pluviométricos entre abril e setembro. Quanto à umidade relativa do ar, a média informada é de aproximadamente 81%. Esses valores devem ser interpretados considerando o período de observação e a disponibilidade dos registros meteorológicos utilizados (INCAPER, 2026; CPTEC, 2026).

A distribuição sazonal das chuvas constitui um aspecto importante para o planejamento municipal, uma vez que o período de maior precipitação coincide com meses em que podem ocorrer episódios de chuvas intensas, enxurradas, inundações e movimentos de massa. Por outro lado, os meses de menor precipitação exigem atenção à disponibilidade hídrica, especialmente nas comunidades rurais e localidades que dependem de nascentes e soluções alternativas de abastecimento.

As características climáticas, associadas ao relevo predominantemente acidentado e à presença de encostas e cursos d’água, devem ser consideradas na avaliação dos riscos e na preparação do setor Saúde para os possíveis impactos do El Niño 2026–2027. O acompanhamento

das temperaturas, da precipitação, da umidade relativa do ar e, quando disponíveis, da velocidade e das rajadas de vento é fundamental para identificar alterações nos padrões meteorológicos habituais e subsidiar a adoção de medidas preventivas e de proteção à população.

4.1.2. Fatores de exposição e vulnerabilidades territoriais e populacionais associados

A exposição e a vulnerabilidade aos eventos climáticos em Marechal Floriano são influenciadas pelas características geográficas, ambientais e socioeconômicas do município. O relevo predominantemente acidentado e montanhoso, a presença de encostas e cursos d'água e a distribuição da população entre áreas urbanas e rurais podem contribuir para maior exposição a eventos hidrometeorológicos, especialmente chuvas intensas, enxurradas, inundações e movimentos de massa. Também devem ser consideradas as condições de acesso e funcionamento dos equipamentos e serviços essenciais, incluindo unidades de saúde, escolas e demais estruturas públicas, principalmente em localidades mais afastadas da sede municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, s.d.; CPRM, 2022).

De acordo com o diagnóstico da população em áreas de risco geológico, elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), foram identificadas 44 áreas de risco no município (DEFESA CIVIL, 2019). A análise estimou aproximadamente 1.045 domicílios e 3.148 pessoas situados em áreas classificadas como de risco geológico alto ou muito alto, considerando a base territorial e populacional utilizada no levantamento. Entre os processos identificados, destacaram-se os riscos associados a inundações e à instabilidade de encostas, evidenciando a necessidade de atenção às populações residentes nesses locais (LANA; MARCUSSI, 2022).

Tabela 1. Setores de risco identificados no município de Marechal Floriano, segundo localização, tipologia e estimativa de imóveis e pessoas expostas.

Setor	Referência	Risco	Imóveis em Risco	Pessoas em Risco
SR_1	Rua Delimar Schunk	Inundação, erosão de margem fluvial, enchente.	90	360
SR_2	Vila das Orquídeas	Inundações	68	272

SR_3	Rua Artur Haese	Enchentes e Inundações	260	1040
SR_4	Rua Thieres Veloso	Inundação	145	530
SR_5	Rua Emílio Entringer	Enxurrada, Erosão de margem fluvial.	16	64
SR_6	Vila Schunk	Inundação, Erosão de margem fluvial.	8	32
SR_7	Vila Schunk	Inundação, Erosão de margem fluvial.	10	40
SR_8	Barra do Rio Fundo, Estrada do Rio Fundo	Inundação, Erosão de margem fluvial, Enchente	16	64
SR_9	Barra do Rio Fundo, Estrada do Rio Fundo	Inundação, Erosão de margem fluvial, Enchente	29	140
SR_10	Barra do Rio Fundo, Estrada do Rio Fundo	Inundação, Enchente	55	220
SR_11	Rua Carla Endlich	Inundação	105	420
SR_12	Rua Maria Clara Botelho	Inundação, Erosão de margem fluvial.	52	208
SR_13	Baixada de Santa Maria	Inundação, Enxurrada, Erosão de margem fluvial	90	360
SR_14	Comunidade Costa Pereira	Inundação, Enxurrada	02	08
SR_15	Comunidade Bom Jesus do Morro Baixo	Inundação	25	100
SR_16	Rua Delimar Schunk	Deslizamento	68	272
SR_17	Rua ArmandoWalsch	Deslizamento	23	92
SR_18	Rua Armando Walsch	Deslizamento, Queda de blocos	18	72
SR_19	Rua Carlos Hand	Queda de blocos, Deslizamento	12	48
SR_20	Rua Carlos Hand	Deslizamento, Queda de blocos	25	100
SR_21	Vila Nova, Loteamento Gerônimo	Deslizamento	20	80
SR_22	BR 262- Km 46, Loteamento do Tino	Deslizamento, Queda de blocos, Enxurrada	06	40
SR_23	Rua Julieta M. Fischer	Deslizamento, Queda de blocos	48	184
SR_24	Rua Alvino Wassen	Deslizamento	23	92
SR_25	Rua Cecília Pitanga Pinto	Deslizamento	70	280
SR_26	Rua Manoel Kill	Deslizamento	77	308
SR_27	Rua Sebastião Francisco Penha	Deslizamento	25	100
SR_28	Rua Maria Clara Botelho	Deslizamento	10	40
SR_29	Rua José Maria Vasconcelos	Deslizamento, Queda de blocos, Erosão Laminar.	65	260
SR_30	Rua Alberto Henrique Luiz Raach	Deslizamento, Rastejo	20	80
SR_31	Rua Quinta dos Lagos	Deslizamento, Rastejo	20	80
SR_32	Comunidade de Bom	Deslizamento	03	12

	Jesus			
SR_33	Rua Gustavo Hertel	Deslizamento, Queda de blocos	07	28
SR_34	Florisbela, ES 376	Deslizamento	05	20
SR_35	Estrada do Showhaus	Deslizamento	26	104
SR_36	Vila Schunk	Deslizamento	25	100
SR_37	Vila Schunk	Deslizamento	09	36
SR_38	BR 262, Km 52, Serraria do Kiefer	Queda de lascas	03	12
SR_39	BR 262, Km 53, Condomínio Serra Verde	Deslizamento	38	152
SR_40	BR 262, Trevo do Paraju	Deslizamento, Queda de blocos	15	60
SR_41	Distrito de Araguaia, Rua do Campo	Deslizamento, Erosão laminar	33	132
SR_42	Distrito de Araguaia, Rua Preste	Deslizamento	26	104
SR_43	Distrito Santa Maria de Marechal - BR 262 - Km 64 - Sítio Dias	Deslizamento, Queda de lascas	22	88
SR_44	Distrito Alto Santa Maria, Sítio São Sebastião	Deslizamento, Queda de blocos	01	04
			1714	6838

Fonte: Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil de Marechal Floriano (2025).

A vulnerabilidade territorial também está relacionada à distribuição das comunidades rurais e à existência de localidades mais afastadas dos serviços públicos. O município possui comunidades distribuídas entre os distritos de Sede, Araguaia, Santa Maria de Marechal e Victor Hugo, o que exige atenção às condições de deslocamento e à possibilidade de interrupção de vias durante eventos de chuva intensa. Nessas situações, podem ocorrer dificuldades de acesso da população às unidades de saúde e comprometimento do transporte de pacientes e das equipes de atendimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, s.d.).

No âmbito populacional, devem receber atenção prioritária crianças, idosos, gestantes, pessoas com deficiência, indivíduos acamados, pessoas com doenças crônicas e trabalhadores rurais, especialmente aqueles expostos diretamente às condições ambientais durante suas atividades. Também devem ser consideradas as populações residentes em áreas sujeitas a alagamentos, inundações e deslizamentos, bem como aquelas que apresentam maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde e saneamento.

Nesse contexto, a identificação dos territórios e grupos populacionais mais vulneráveis deve subsidiar a definição de prioridades para o monitoramento, a comunicação de riscos, as ações de

vigilância em saúde e a organização da assistência, contribuindo para a redução dos impactos dos eventos climáticos sobre a população e para a continuidade dos serviços essenciais durante o período de atenção ao El Niño 2026–2027.

4.1.3 Histórico de eventos climáticos, ambientais e desastres relevantes para o município

O município de Marechal Floriano apresenta histórico de ocorrência de eventos adversos associados principalmente a chuvas intensas, inundações, enxurradas e movimentos de massa, com impactos sobre a população, a infraestrutura urbana e rural e a continuidade dos serviços essenciais. Os registros municipais e estaduais demonstram a recorrência desses eventos, especialmente durante os períodos de maior concentração das precipitações.

Entre os eventos de maior relevância histórica, destaca-se novembro de 2019, quando chuvas concentradas, com acumulados superiores a 200 mm em determinados pontos, registradas em 14 de novembro, provocaram inundações bruscas, rompimento de barragens e deslizamentos de solo, atingindo áreas urbanas e rurais. O episódio ocasionou obstrução de estradas e bueiros, interdição de ruas e estradas vicinais e danos humanos, materiais e ambientais. Em decorrência da situação, foi publicado o Decreto Municipal nº 10.323/2019, que declarou situação de emergência nas áreas afetadas por inundação. Na ocasião, foram registrados aproximadamente 24 desalojados e 20 pontos de desabamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, 2019).

Em janeiro de 2024, novas ocorrências relacionadas ao volume de chuvas foram registradas nos distritos de Araguaia, Rio Fundo e Victor Hugo, principalmente nas áreas rurais. Na ocasião, os pluviômetros municipais registraram 72 mm de precipitação, levando a Defesa Civil a emitir alerta para possíveis inundações e outros riscos associados. Em outubro do mesmo ano, também foi registrado deslizamento de encosta na região do Morro da Macefel, sem vítimas (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, 2024; DEFESA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO, 2024).

Mais recentemente, em fevereiro e março de 2026, o município voltou a registrar ocorrências associadas a condições meteorológicas adversas. Em fevereiro, foram comunicadas quedas de árvores e barreiras. Já em 19 de março, um episódio de chuva intensa provocou alagamentos em diferentes pontos do município, incluindo a região central, Santa Maria e Santa Rita, além de ocorrências nas localidades de Araguaia e Batatal. O transbordamento do Córrego Batatal, a elevação do nível dos cursos d’água, os alagamentos de residências e estabelecimentos comerciais e as dificuldades de circulação exigiram atuação da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros,

incluindo o resgate de moradores que ficaram ilhados. Também foram registrados danos à infraestrutura e prejuízos materiais à população (DEFESA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO, 2026; PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, 2026).

O conjunto desses registros evidencia a exposição do município a eventos hidrometeorológicos, especialmente aqueles relacionados a chuvas intensas e seus efeitos sobre áreas urbanas, rurais e vias de acesso. Para o setor Saúde, tais ocorrências podem resultar em aumento da demanda por atendimento, necessidade de assistência às pessoas afetadas, comprometimento do transporte de pacientes e profissionais, além de possíveis impactos sobre o funcionamento das unidades de saúde e a vigilância de doenças e agravos relacionados às condições ambientais.

Tabela 2. Principais desastres registrados no município de Marechal Floriano, segundo tipologia e impactos, 2019–2.

ANO	REGISTRO	COBRADE	Óbitos	Feridos	Desabrigados	Desalojados	Desaparecidos	Afetados
2019	14/11/2019	12100	0	0	0	20	0	620
2020	24/01, 02/02, 02/03	12100	0	0	50	260	0	2692
2021	-	-	-			-		
2022	15/02	12100	0	0	0	0	0	200
	04/12	11321	0	0	0	15	0	1842
	13/12	13214	0	0	0	0	0	1144
2023	09/02	12100	0	0	0	0	0	628
	14/04	13214	0	0	0	0	0	800
2024	25/01	12100	0	0	0	0	0	0
	11/09	14132	0	0	0	0	0	0
2025	08/01	12100	0	0	0	0	0	2426
2026	25/02	12200	0	0	0	3	0	0
	27/02	12100	0	0	0	0	0	1558
	19/03	12100	0	0	3	763	0	3054

Fonte: Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID, 2026.

Os registros apresentados evidenciam a recorrência de eventos hidrometeorológicos no município de Marechal Floriano, especialmente aqueles relacionados à ocorrência de chuvas intensas, inundações, enxurradas e movimentos de massa. Essas informações constituem subsídios importantes para o planejamento das ações de Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde, permitindo

identificar situações de maior vulnerabilidade, reconhecer possíveis impactos sobre a população e antecipar necessidades de resposta. No contexto do El Niño 2026–2027, o histórico municipal deverá ser considerado em conjunto com os prognósticos climáticos, as características territoriais e os indicadores ambientais e epidemiológicos, contribuindo para o fortalecimento da preparação e da continuidade dos serviços de saúde.

4.1.4 Aprendizados e necessidades a partir de eventos anteriores

A experiência do município com eventos de chuvas intensas, inundações, enxurradas e deslizamentos evidencia a necessidade de fortalecer o monitoramento integrado das condições meteorológicas, hidrológicas, ambientais e epidemiológicas, bem como a capacidade de antecipação e resposta do setor Saúde diante de situações de emergência.

As ocorrências registradas demonstram a importância da articulação entre a Secretaria Municipal de Saúde, a Defesa Civil e os demais órgãos municipais, especialmente para o compartilhamento de informações, emissão de alertas, identificação das localidades mais vulneráveis e organização das ações de assistência à população atingida.

No âmbito da saúde, destaca-se a necessidade de manter os serviços essenciais em funcionamento, organizar previamente os fluxos de atendimento e transporte de pacientes, preparar as equipes para situações de emergência e garantir o acompanhamento das condições de saúde da população afetada. Também é importante fortalecer a vigilância da qualidade da água para consumo humano, a prevenção de doenças relacionadas ao contato com água contaminada e o monitoramento de possíveis alterações no comportamento de doenças e agravos após eventos climáticos.

Dessa forma, as lições aprendidas reforçam a importância de estabelecer responsabilidades institucionais, aprimorar os mecanismos de comunicação de risco, atualizar as informações sobre populações vulneráveis e manter estratégias de preparação e resposta compatíveis com as características territoriais do município. Essas medidas são fundamentais para reduzir os impactos dos possíveis eventos associados ao El Niño 2026–2027 e garantir a continuidade das ações e dos serviços de saúde.

4.1.5 Relação entre alterações climáticas e principais agravos à saúde

As situações de alagamento e inundação também podem favorecer o deslocamento de roedores para áreas habitadas, aumentando o contato entre esses animais e a população. A

exposição à água e à lama contaminadas pela urina de roedores representa um importante fator de risco para a leptospirose, especialmente durante a limpeza de residências, quintais e estabelecimentos atingidos pelas chuvas. Também deve ser considerada a possibilidade de maior ocorrência de acidentes com animais peçonhentos, como escorpiões, aranhas e serpentes, em decorrência do deslocamento desses animais de seus abrigos naturais (BRASIL, 2024).

A redução da disponibilidade hídrica, caso ocorra, poderá comprometer o abastecimento de água em determinadas localidades, especialmente nas comunidades rurais que dependem de sistemas alternativos de abastecimento, nascentes e soluções individuais. Além da quantidade disponível, a qualidade da água deverá receber atenção especial, considerando os riscos de contaminação e a necessidade de monitoramento das fontes de abastecimento, conforme as diretrizes do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiágua) (BRASIL, 2021).

Outro aspecto relevante refere-se às possíveis alterações nas condições ambientais, que podem favorecer incêndios em áreas de vegetação e queimadas, com consequente exposição da população à fumaça e aos poluentes atmosféricos. Essa situação pode agravar doenças respiratórias, provocar irritação nos olhos e nas vias aéreas e aumentar a necessidade de atendimento, principalmente entre crianças, idosos e pessoas com doenças respiratórias preexistentes (BRASIL, 2024).

No contexto municipal, devem ser consideradas as particularidades das localidades rurais e das regiões mais afastadas da sede, onde eventuais danos às estradas, interrupções no abastecimento de água e dificuldades de deslocamento podem ampliar a vulnerabilidade da população e comprometer o acesso oportuno aos serviços de saúde (IPCC, 2022).

Diante desses possíveis cenários, torna-se fundamental fortalecer a integração entre a Vigilância Ambiental, a Vigilância Epidemiológica, a Vigilância Sanitária e a Atenção Primária à Saúde, de modo a identificar precocemente alterações nos fatores de risco, acompanhar a ocorrência de doenças e agravos e orientar a adoção de medidas preventivas e de resposta (BRASIL, 2024).

5. PRINCIPAIS RISCOS A SEREM MONITORADOS

O monitoramento deverá contemplar os principais riscos associados aos possíveis efeitos do El Niño e seus impactos sobre a saúde da população, o meio ambiente e o funcionamento dos serviços de saúde:

I. **Calor intenso e ondas de calor:** risco de desidratação, exaustão térmica e agravamento de doenças cardiovasculares e respiratórias. Envolve Atenção Primária à Saúde (APS), Pronto Atendimento (PA), Vigilância Epidemiológica e Saúde do Trabalhador.

II. **Estiagem e redução da disponibilidade de água:** comprometimento da segurança hídrica, das condições de higiene e da qualidade da água para consumo humano, com possível aumento do risco de doenças de veiculação hídrica. Envolve Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, APS e Assistência Farmacêutica.

III. **Fumaça e queimadas:** agravamento de doenças respiratórias, irritações nos olhos e nas vias aéreas e possível aumento da demanda por atendimentos. Envolve Vigilância Epidemiológica, APS, PA e Saúde do Trabalhador.

IV. **Alterações no regime de chuvas e temporais:** risco de alagamentos, enxurradas, inundações, deslizamentos, lesões, acidentes, doenças relacionadas à água e interrupção dos serviços de saúde. Envolve Vigidesastres, Vigilâncias Epidemiológica, Ambiental e Sanitária, APS, Regulação e Defesa Civil.

V. **Aumento de vetores e animais de importância para a saúde pública:** condições ambientais favoráveis à proliferação de mosquitos e ao aumento do risco de arboviroses, além de possíveis alterações na ocorrência de acidentes com animais peçonhentos. Envolve Vigilância Ambiental, Vigilância Epidemiológica e APS.

VI. **Roedores e risco de leptospirose:** aumento da exposição a roedores e à água ou lama contaminadas, especialmente em áreas atingidas por inundações e alagamentos. Envolve Vigilância Ambiental, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária e APS.

VII. **Impactos psicossociais:** ocorrência de ansiedade, estresse e sofrimento psicológico

relacionados à exposição a eventos climáticos extremos e às perdas humanas e materiais. Envolve Atenção Psicossocial, APS e Assistência Social.

6. NÍVEL OPERACIONAL

Os níveis operacionais estabelecem os critérios para orientar a atuação da Secretaria Municipal de Saúde diante dos possíveis impactos associados ao El Niño 2026–2027. A classificação considera a evolução das condições climáticas, ambientais e epidemiológicas, a identificação de situações de risco, os possíveis danos à população e a capacidade de funcionamento dos serviços de saúde.

A ativação dos níveis ocorre de forma progressiva, conforme a necessidade de intensificação das ações de monitoramento, prevenção, preparação e resposta, subsidiando a tomada de decisão dos gestores e a mobilização dos setores envolvidos, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Ações principais por níveis operacionais.

Nível 1 – Normalidade
Monitoramento permanente das condições climáticas, ambientais e de saúde, com realização de ações preventivas e manutenção da capacidade de resposta dos serviços. Não há impactos significativos sobre o funcionamento da rede municipal de saúde.
Nível 2 – Atenção
Identificação de previsões, avisos, alertas ou indicadores que sinalizem possível agravamento das condições climáticas. São intensificadas as medidas preventivas e de preparação, incluindo verificação de estoques, equipes, equipamentos, comunicação e fluxos de atendimento.
Nível 3– Emergência
Ocorrência de eventos com impactos sobre a população, aumento expressivo da demanda por atendimentos ou comprometimento dos serviços de saúde, do abastecimento ou do acesso da população. São adotadas medidas emergenciais, com mobilização dos setores responsáveis e possibilidade de solicitação de apoio às instâncias regional, estadual e federal.

Fonte: Elaboração própria, com base nas diretrizes de preparação e resposta a emergências em saúde

7. MATRIZ DE AÇÕES DAS ÁREAS TÉCNICAS

As ações previstas neste Plano de Preparação do Setor Saúde de Marechal Floriano

para os Impactos do El Niño 2026–2027 estão organizadas de acordo com as áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde e as diferentes fases de atuação: preparação antes do evento, resposta durante o evento e recuperação após o evento.

Essa organização permite estabelecer responsabilidades, orientar a execução das medidas de monitoramento, prevenção e resposta e fortalecer a articulação entre os setores envolvidos, considerando os níveis operacionais de Normalidade, Atenção e Emergência e as características territoriais e as necessidades da população do município.

Quadro 2. Matriz de ações das áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde de Marechal Floriano, segundo as fases de atuação.

Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica deverá organizar suas atividades nas fases de preparação, resposta e recuperação, garantindo o monitoramento dos agravos, a identificação oportuna de alterações no perfil epidemiológico e a continuidade das ações de vigilância em saúde durante e após os eventos climáticos.

Fase	Principais ações
Preparação antes do evento	• Identificar doenças e agravos prioritários para monitoramento. • Conhecer os dados epidemiológicos históricos do município (situação basal). • Organizar fluxos de notificação, investigação e coleta de amostras. • Estabelecer articulação com unidades de saúde e laboratórios. • Planejar ações de busca ativa e monitoramento dos abrigos. • Preparar estratégias de comunicação de risco à população. • Organizar registros e instrumentos de acompanhamento epidemiológico.
	• Monitorar notificações de doenças, agravos e óbitos. • Identificar aumentos incomuns de casos e investigar possíveis surtos.

Resposta durante o evento	• Intensificar a vigilância de leptospirose, doenças diarreicas, arboviroses, síndromes respiratórias e outros agravos prioritários. • Realizar busca ativa e acompanhar a situação de saúde nos abrigos. • Garantir a coleta oportuna e o encaminhamento de amostras laboratoriais. • Consolidar informações e elaborar relatórios epidemiológicos. • Comunicar riscos e divulgar orientações preventivas à população. • Manter articulação com os serviços de saúde e demais setores envolvidos.
Recuperação após o evento	• Manter o monitoramento dos agravos relacionados ao evento. • Acompanhar possíveis alterações no perfil epidemiológico em comparação com a situação basal. • Investigar casos e surtos identificados após o evento. • Avaliar a necessidade de continuidade das ações de busca ativa e vigilância nos abrigos. • Consolidar os dados e elaborar relatório final das atividades realizadas. • Registrar as ocorrências, dificuldades e medidas adotadas. • Avaliar os resultados das ações e identificar necessidades de melhoria para futuras emergências.

1. <u>Matriz de ações – Comunicação de risco à população</u>

Fase	Principais ações
Preparação antes do evento	• Planejar estratégias de comunicação de risco. • Preparar materiais educativos sobre prevenção de doenças e agravos. • Definir os canais de comunicação e os setores responsáveis pela divulgação.

Resposta durante o evento	• Divulgar alertas e orientações sobre riscos à saúde. • Informar sinais e sintomas que exigem atendimento. • Orientar sobre água, alimentos, higiene e prevenção de acidentes. • Priorizar grupos vulneráveis e pessoas acolhidas em abrigos. • Divulgar informações oficiais e combater a desinformação. • Atualizar as orientações conforme a evolução do evento.
Recuperação após o evento	• Manter orientações sobre doenças e agravos que possam surgir após o evento. • Divulgar medidas de prevenção e cuidados necessários durante a recuperação. • Comunicar a redução dos riscos e a normalização das condições de saúde, quando confirmadas.

2. <u>Organização e acompanhamento</u>

Fase	Ações de organização e acompanhamento
Antes do evento	• Definir responsáveis, fluxos de comunicação, instrumentos de registro e rotina de monitoramento.
Durante o evento	• Manter registros das notificações, investigações, resultados laboratoriais, alertas e medidas adotadas, subsidiando as decisões da gestão municipal.
Após o evento	• Avaliar as ações executadas, elaborar relatório das atividades, identificar dificuldades e propor melhorias para futuras situações de emergência.

Orientação geral: A Vigilância Epidemiológica deverá atuar de forma integrada e contínua em todas as fases do evento, garantindo a identificação precoce de riscos, a organização das informações e o planejamento de medidas de prevenção e controle para reduzir os impactos

sobre a saúde da população.

Laboratório Municipal – Vigilância Epidemiológica

O Laboratório Municipal, integrado à Vigilância Epidemiológica, tem como principal responsabilidade garantir a realização das coletas de amostras biológicas em tempo oportuno, conforme a suspeita clínica e os protocolos estabelecidos para cada agravo de interesse em saúde pública. Durante situações de emergência ou desastre, deverá assegurar a organização e continuidade das coletas, a identificação, o acondicionamento e a conservação adequada das amostras, bem como a articulação para seu transporte ao LACEN, contribuindo para a agilidade da investigação epidemiológica e da confirmação diagnóstica.

Atividade	Ações a serem desenvolvidas
Vigilância laboratorial	• Apoiar o monitoramento dos agravos prioritários, como leptospirose, hepatite A, dengue, chikungunya, zika, doenças diarreicas, influenza, COVID-19 e outros agravos relacionados ao evento.
Coleta de amostras	• Realizar a coleta de amostras dos pacientes suspeitos, conforme indicação e protocolos específicos de cada doença.
Segurança do local de coleta	• Garantir um espaço seguro e adequado para a realização das coletas, considerando que o laboratório está localizado em área de risco, prevendo, quando necessário, a transferência temporária das atividades para outro local.
Identificação e armazenamento	• Garantir a correta identificação, acondicionamento e conservação das amostras coletadas.
Transporte das amostras	• Articular com o setor de transporte municipal a disponibilização de

	veículo para garantir o encaminhamento seguro e oportuno das amostras ao Laboratório Central do Estado (LACEN).
Priorização dos exames	• Priorizar as amostras relacionadas aos agravos de interesse em saúde pública, conforme orientação da Vigilância Epidemiológica.
Monitoramento dos resultados	• Acompanhar os resultados laboratoriais e disponibilizar as informações para subsidiar as investigações epidemiológicas e a tomada de decisões.
Comunicação de intercorrências	• Informar dificuldades relacionadas à coleta, armazenamento, conservação e transporte das amostras, garantindo a continuidade do fluxo laboratorial.

Matriz de Ações – Vigilância Ambiental em Saúde e Atuação dos Agentes de Combate às Endemias (ACE)

A Vigilância Ambiental em Saúde deverá atuar de forma integrada e contínua com a Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Atenção Primária à Saúde, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), os Agentes de Combate às Endemias (ACE) e os demais setores municipais, durante todas as fases do evento. Essa articulação deverá assegurar o monitoramento das condições ambientais e sanitárias, a identificação e o controle de situações de risco, a prevenção de doenças e agravos e a adoção de medidas oportunas para a proteção da saúde da população.

1. Identificações de focos

Fase	Principais ações
	• Identificar e mapear áreas vulneráveis e de risco ambiental e epidemiológico. • Reconhecer locais com histórico de alagamentos, acúmulo de resíduos, problemas de saneamento e infestação por vetores.

Preparação antes do evento	• Identificar pontos estratégicos, possíveis criadouros e áreas com presença de animais peçonhentos. • Organizar equipes, equipamentos, materiais e insumos necessários para atuação em campo e controle vetorial. • Estabelecer articulação entre Vigilância Ambiental, Vigilância Epidemiológica, Atenção Primária à Saúde, ACS, ACE e demais setores municipais. • Planejar ações integradas de prevenção, monitoramento ambiental e controle de vetores.
Resposta durante o evento	• Monitorar as condições ambientais das áreas atingidas. • Identificar alagamentos, acúmulo de resíduos, esgoto a céu aberto e outras situações de risco ambiental. • Realizar inspeções e visitas nas áreas afetadas, identificando e eliminando criadouros e focos de vetores. • Intensificar o monitoramento de vetores e focos de infestação, priorizando abrigos, áreas alagadas, locais com aumento de infestação e regiões com casos notificados. • Executar ações de bloqueio vetorial, quando indicadas. • Monitorar a presença de animais peçonhentos e possíveis situações de risco à população. • Orientar a população sobre medidas preventivas relacionadas aos riscos ambientais e à proliferação de vetores. • Comunicar situações de risco aos setores responsáveis. • Registrar ocorrências, focos identificados, inspeções e demais atividades realizadas.
	• Manter o monitoramento ambiental das áreas afetadas. • Avaliar a permanência de riscos ambientais

Recuperação após o evento	• Retomar e intensificar as inspeções nas áreas atingidas, identificando novos focos e possíveis aumentos da infestação. • Manter e intensificar as ações de controle vetorial e educação em saúde. • Acompanhar possíveis ocorrências de doenças relacionadas às alterações ambientais. • Monitorar possíveis aumentos de ocorrências envolvendo animais peçonhentos. • Reforçar orientações preventivas à população. • Registrar as ações realizadas, avaliar os resultados e identificar necessidades de continuidade e melhorias nas atividades de vigilância.

2. Queimadas e exposição à fumaça	
Fase	**Principais ações**
Preparação antes do evento	• Identificar áreas com histórico de queimadas. • Estabelecer fluxo de comunicação com órgãos ambientais e Defesa Civil. • Preparar orientações preventivas para a população.
Resposta durante evento	• Monitorar queimadas e presença de fumaça nas áreas habitadas. • Acompanhar possíveis aumentos de atendimentos por problemas respiratórios. • Observar alterações na visibilidade, especialmente na BR e durante o período noturno. • Acompanhar alertas oficiais. • Orientar a população, principalmente os grupos vulneráveis. • Registrar ocorrências e medidas adotadas.
Recuperação após o evento	• Acompanhar a permanência de fumaça e seus possíveis impactos à saúde. • Monitorar a ocorrência de problemas respiratórios. • Manter orientações preventivas enquanto persistirem os riscos.

	• Registrar e avaliar as ações desenvolvidas.

3. Animais peçonhentos e outros riscos ambientais

Fase	Principais ações
Preparação antes do evento	• Identificar áreas com histórico de ocorrência de animais peçonhentos. • Preparar orientações preventivas para a população e equipes de campo. • Estabelecer fluxo de comunicação com os serviços de saúde.
Resposta durante evento	• Monitorar ocorrências de escorpiões, serpentes e aranhas nas áreas atingidas. • Identificar locais com acúmulo de entulhos e alterações ambientais que favoreçam o aparecimento desses animais. • Orientar a população sobre medidas de prevenção de acidentes. • Comunicar ocorrências à Vigilância Epidemiológica e aos serviços de saúde.
Recuperação após o evento	• Manter o acompanhamento das áreas afetadas. • Monitorar possíveis aumentos de ocorrências e acidentes envolvendo animais peçonhentos. • Reforçar orientações preventivas à população. • Registrar ocorrências e avaliar as medidas adotadas.

4. Programa Vigiágua – Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

Fase	Principais ações
Preparação antes do evento	• Mapear fontes alternativas de abastecimento, como poços, cisternas e reservatórios.

	• Identificar áreas vulneráveis e com risco de contaminação da água. • Organizar registros e fluxos de comunicação.
Resposta durante o evento	• Verificar a qualidade da água nas áreas afetadas e carros pipas, caso esteja sendo utilizado. • Monitorar interrupções e alterações no abastecimento. • Orientar os serviços e a população sobre os cuidados necessários com a água para consumo humano. • Comunicar situações de risco aos setores envolvidos. • Realizar coletas de água para análise laboratorial, quando necessário.
Recuperação após o evento	• Manter o monitoramento da qualidade da água enquanto persistirem os riscos. • Registrar irregularidades, ações realizadas e resultados das análises laboratoriais. • Reavaliar as condições de abastecimento e qualidade da água. • Acompanhar a normalização do abastecimento nas áreas atingidas.

Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária deverá intensificar suas ações durante a situação de emergência, com o objetivo de identificar, avaliar, prevenir e reduzir riscos sanitários que possam comprometer a saúde da população. Sua atuação deverá priorizar as áreas atingidas pelo evento, considerando as condições de abastecimento de água, segurança dos alimentos, higiene, saneamento, funcionamento dos estabelecimentos e condições sanitárias dos abrigos temporários.

Deverá atuar de forma integrada com a Vigilância Ambiental, Vigilância Epidemiológica, Atenção à Saúde e demais setores envolvidos, realizando inspeções, orientações e intervenções sempre que forem identificadas situações que representem risco à saúde pública.

Fase	Principais ações
Preparação antes do evento	• Identificar e mapear abrigos temporários e locais que poderão ser utilizados para acolhimento da população. • Identificar estabelecimentos e serviços sujeitos à Vigilância Sanitária, especialmente unidades de saúde, serviços de alimentação e comércios de alimentos localizados em áreas de risco. • Planejar ações de inspeção e fiscalização sanitária em áreas vulneráveis. • Identificar possíveis riscos relacionados ao abastecimento, armazenamento e distribuição de água para consumo humano. • Orientar previamente os responsáveis por abrigos, estabelecimentos e serviços sobre medidas de prevenção de riscos sanitários. • Organizar equipes, materiais e instrumentos necessários para as ações de fiscalização e orientação. • Estabelecer fluxo de comunicação e articulação com a Vigilância Ambiental, Vigilância Epidemiológica, Defesa Civil e demais setores municipais.
Resposta durante o evento	• Avaliar as condições higiênico-sanitárias dos abrigos temporários, verificando a disponibilidade de água potável, instalações sanitárias, limpeza dos ambientes, armazenamento de alimentos e manejo de resíduos. • Identificar situações inadequadas relacionadas à higiene, ao saneamento, ao descarte de resíduos e ao esgotamento sanitário, articulando medidas corretivas com os setores responsáveis.

	• Avaliar possíveis comprometimentos da qualidade da água durante o abastecimento, armazenamento, transporte e distribuição, priorizando unidades de saúde, abrigos e demais serviços essenciais. • Orientar a população sobre os cuidados com a água para consumo humano e o tratamento domiciliar, quando necessário. • Inspecionar as condições de armazenamento, conservação, preparo, manipulação e distribuição de alimentos, identificando riscos de contaminação e deterioração. • Avaliar as condições sanitárias dos estabelecimentos e serviços afetados, verificando danos estruturais, condições de funcionamento e possíveis riscos à saúde de usuários e trabalhadores. • Orientar responsáveis por abrigos, estabelecimentos e serviços quanto às medidas corretivas necessárias para reduzir os riscos sanitários. • Atuar em conjunto com a Vigilância Epidemiológica na investigação de possíveis surtos relacionados ao consumo de água e alimentos, identificando fontes de contaminação e orientando medidas de prevenção e controle. • Comunicar imediatamente à gestão municipal e aos setores envolvidos as situações de risco sanitário identificadas.
Recuperação após o evento	• Realizar novas inspeções nos abrigos temporários e locais de acolhimento, verificando a manutenção das condições higiênico-sanitárias adequadas. • Reavaliar as condições de higiene, limpeza, saneamento e manejo de resíduos nas áreas atingidas. • Acompanhar a qualidade da água para consumo humano e verificar a normalização das condições de abastecimento, armazenamento e distribuição. • Reavaliar as condições de conservação, armazenamento, manipulação e comercialização de alimentos nos estabelecimentos afetados.

	• Realizar inspeções nos estabelecimentos e serviços sujeitos à Vigilância Sanitária para verificar as condições de funcionamento e a correção das irregularidades identificadas. • Acompanhar as medidas corretivas adotadas pelos responsáveis pelos estabelecimentos e serviços. • Manter a articulação com a Vigilância Epidemiológica para acompanhamento de possíveis surtos e agravos relacionados às condições sanitárias decorrentes do evento. • Registrar as inspeções, irregularidades identificadas, providências adotadas e resultados das ações desenvolvidas. • Avaliar as ações realizadas e identificar necessidades de melhorias para o aperfeiçoamento da atuação da Vigilância Sanitária em futuros eventos.

A Vigilância Sanitária deverá manter o registro das inspeções, irregularidades identificadas, orientações realizadas e medidas corretivas adotadas, acompanhando as situações até que sejam restabelecidas condições sanitárias adequadas nas áreas e nos estabelecimentos afetados.

Imunização / Rede de Frio Municipal

A equipe de Imunização deverá garantir a conservação adequada dos imunobiológicos e a continuidade da vacinação durante situações de emergência ou desastre, protegendo a cadeia de frio, mantendo estoques e adotando medidas para evitar perdas de vacinas.

Atividade	Ações a serem desenvolvidas
Proteção da cadeia de frio	• Garantir o armazenamento e a conservação dos imunobiológicos nas temperaturas recomendadas pelo Ministério da Saúde.

Monitoramento dos equipamentos	• Verificar o funcionamento das câmaras refrigeradas e refrigeradores, prevendo alternativas de energia em caso de interrupção elétrica.
Manutenção dos estoques	• Acompanhar a disponibilidade de vacinas, insumos e materiais necessários para manter a vacinação.
Reorganização da vacinação	• Adequar as estratégias e os locais de vacinação conforme as necessidades da população afetada.
Segurança do local de armazenamento	• Garantir um espaço seguro para o funcionamento da sala de vacina, considerando que a unidade atual está localizada em área de risco, prevendo, se necessário, a transferência temporária dos imunobiológicos para outro local adequado e seguro.
Registro de intercorrências	• Registrar falhas nos equipamentos, alterações de temperatura, perdas de vacinas e providências adotadas. • Avaliar, conforme protocolo vigente do Ministério da Saúde, a necessidade de vacinação específica da população atingida e exposta às águas de enchentes, incluindo a verificação da situação vacinal e a indicação das vacinas contra hepatite A e difteria e tétano (dT), quando recomendadas.

Matriz de Ações – Atenção Primária à Saúde (APS)

As ações da Atenção Primária à Saúde (APS) deverão ser organizadas em três fases: preparação antes do evento, resposta durante o evento e recuperação após o evento, considerando a manutenção dos serviços essenciais, a identificação precoce de riscos e agravos, a assistência à população afetada e a continuidade do cuidado, especialmente aos grupos em situação de maior vulnerabilidade.

Matriz de ações da Atenção Primária à Saúde

Fase	Principais ações
Preparação antes do evento	• Manter atualizado o cadastro territorial e identificar pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente idosos, crianças, gestantes, pessoas com deficiência, pacientes com doenças crônicas. • identificar e manter atualizado o cadastro nominal dos usuários que necessitam de cuidados contínuos, contendo informações essenciais para sua localização e assistência, como endereço completo, ponto de referência, telefones de contato, condição de saúde e necessidades específicas de cuidado (ex.: realização de hemodiálise, uso de oxigenoterapia domiciliar, entre outras), a fim de garantir a continuidade da assistência e possibilitar a adoção de medidas oportunas em situações de emergência. • Identificar áreas de risco e territórios sujeitos a alagamentos, enchentes, queimadas, estiagens e ondas de calor. • Definir os serviços e atividades assistenciais essenciais que deverão ser mantidos durante situações de emergência. • Planejar a reorganização dos fluxos de atendimento e estabelecer pontos alternativos de assistência, quando necessário. • Verificar a disponibilidade de medicamentos, vacinas, insumos e materiais estratégicos para garantir a continuidade da assistência. • Adotar medidas de proteção dos medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e demais materiais utilizados nas unidades de saúde. • Identificar rotas alternativas de acesso às unidades de saúde e manter atualizados os contatos dos serviços de emergência e demais setores envolvidos. • Estabelecer articulação com a Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, Defesa Civil e demais setores municipais.
	• Manter a APS como principal porta de entrada para identificação precoce de agravos, acolhimento, assistência e encaminhamento dos casos que necessitem de atenção especializada.

Resposta durante o evento	• Realizar busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade e de usuários que necessitem de acompanhamento contínuo, garantindo a continuidade dos tratamentos. • Intensificar visitas domiciliares nos territórios prioritários, priorizando idosos, crianças, gestantes, pessoas com doenças crônicas e demais grupos vulneráveis. • Monitorar as condições de saúde da população atingida, realizar notificações compulsórias dos agravos identificados e comunicar oportunamente às vigilâncias competentes. • Reorganizar os atendimentos conforme a demanda assistencial, assegurando a manutenção dos serviços essenciais e o acompanhamento dos pacientes crônicos. • Realizar atendimento às pessoas atingidas por enchentes e alagamentos, identificando possíveis agravos relacionados ao contato com água contaminada e orientando sobre os riscos à saúde. • Apoiar as ações de assistência nos abrigos temporários, identificando necessidades de saúde, acompanhando pessoas vulneráveis e articulando medidas para garantir a assistência adequada. • Orientar a população sobre armazenamento seguro e tratamento domiciliar da água para consumo humano, quando necessário, comunicando imediatamente às vigilâncias competentes alterações identificadas na qualidade da água. • Acompanhar informações sobre os sistemas de abastecimento de água, especialmente em situações de estiagem ou interrupção do fornecimento. • Em períodos de calor intenso e ondas de calor, intensificar as orientações sobre hidratação, recomendar a ingestão adequada de água, evitar exposição solar nos horários de maior intensidade, utilizar roupas leves e reduzir atividades físicas intensas nos períodos críticos. • Identificar precocemente sinais de desidratação, exaustão térmica e outros agravos relacionados à exposição ao calor, priorizando o acompanhamento de idosos, crianças, gestantes e pessoas com doenças crônicas.

	• Orientar trabalhadores expostos ao sol sobre medidas de proteção e hidratação, bem como avaliar a necessidade de implantação de pontos de hidratação em locais estratégicos. • Monitorar os atendimentos relacionados à desidratação e a outros agravos associados às temperaturas elevadas. • Em situações de queimadas e exposição à fumaça, acompanhar os indicadores de qualidade do ar, orientar a população sobre a redução da exposição e intensificar a atenção aos indivíduos com doenças respiratórias. • Reforçar o atendimento às pessoas com crises respiratórias, monitorar possíveis aumentos da demanda por problemas respiratórios e comunicar alterações relevantes à Vigilância Epidemiológica. • Articular ações com os setores de Meio Ambiente e Defesa Civil diante de situações de queimadas e comprometimento da qualidade do ar. • Comunicar situações de risco identificadas nos territórios e nos serviços de saúde aos setores responsáveis, mantendo o registro das ocorrências e das medidas adotadas.
Recuperação após o evento	• Realizar avaliação das condições sanitárias e epidemiológicas dos territórios atingidos, identificando riscos persistentes e possíveis necessidades de intervenção. • Manter a busca ativa e o acompanhamento das pessoas afetadas, especialmente indivíduos em situação de vulnerabilidade e pacientes que necessitam de cuidados contínuos. • Monitorar a ocorrência de doenças e agravos relacionados às enchentes, à exposição à água contaminada, às queimadas e às condições ambientais decorrentes do evento. • Intensificar as ações de vigilância e vacinação, conforme avaliação epidemiológica e orientações dos protocolos vigentes do Ministério da Saúde. • Orientar a população sobre procedimentos adequados de limpeza e desinfecção de residências, ambientes e objetos atingidos por enchentes, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

	• Avaliar os danos estruturais e funcionais nas unidades de saúde, identificando necessidades de reparos, reposição de equipamentos, medicamentos e insumos. • Restabelecer e reorganizar os serviços de saúde, garantindo a continuidade do acompanhamento clínico e dos tratamentos interrompidos durante o evento. • Realizar acompanhamento psicossocial das pessoas afetadas, identificando situações de sofrimento mental e necessidades de atendimento em saúde mental. • Manter o monitoramento dos agravos relacionados às ondas de calor e à exposição à fumaça enquanto persistirem os riscos ambientais. • Registrar as ações realizadas, avaliar os resultados alcançados e identificar necessidades de aprimoramento dos processos de trabalho e da capacidade de resposta das equipes.

Orientação geral	
Responsáveis	**Diretriz de atuação**
Equipes da Atenção Primária à Saúde, Estratégia Saúde da Família, ACS e demais profissionais da rede municipal de saúde	Atuar de forma integrada e contínua nas diferentes fases do evento, assegurando a identificação precoce de riscos e agravos, a assistência à população atingida, a vigilância em saúde, a continuidade do cuidado e a priorização dos grupos em situação de maior vulnerabilidade. A atuação deverá ocorrer em articulação com os demais setores municipais, visando reduzir os impactos dos eventos adversos sobre as condições de saúde da população

Urgência e Emergência	
Fase	**Principais ações**

Preparação antes do evento	• **Revisão da Capacidade Operacional:** Revisar os fluxos de atendimento e planos de contingência para atender ao aumento da procura por serviços de saúde decorrente de eventos climáticos, acidentes e surtos sazonais • **Organização dos Fluxos de Atendimento:** Estabelecer procedimentos para acolhimento, triagem e encaminhamento de pacientes. • **Disponibilidade de Insumos Básicos:** Garantir estoque de materiais para curativos, primeiros socorros, hidratação oral, medicamentos básicos e materiais para aferição de sinais vitais. • **Prevenção de Agravos Relacionados ao Calor:** Disponibilizar água potável, ambientes ventilados e locais apropriados para repouso dos pacientes. • **Manutenção Preventiva:** Verificar instalações elétricas, equipamentos básicos, sistemas de climatização e abastecimento de água. • **Capacitação da Equipe:** Orientar os profissionais sobre atendimento inicial de desidratação, febre, problemas respiratórios, acidentes leves e outras situações de baixa complexidade. • **Organização da Rede de Referência:** Manter atualizados os contatos e fluxos de encaminhamento para hospitais, SAMU e demais serviços de referência. • **Planejamento para Situações de Desastre:** Estabelecer orientações para atendimento inicial de pessoas afetadas por chuvas intensas, enchentes, alagamentos e outros eventos adversos.
	• **Acolhimento e Triagem:** Realizar acolhimento e avaliação inicial dos pacientes, identificando sinais de alerta e priorizando os atendimentos conforme a gravidade, além de realizar notificações compulsórias no E-SUS caso necessário. • **Atendimento ao Calor Extremo e à Baixa Umidade:** Identificar casos de desidratação, tontura, fraqueza e mal-estar, oferecendo avaliação inicial e hidratação oral quando indicada. • **Atendimento de Quadros Respiratórios:** Realizar avaliação inicial de pacientes com tosse, sintomas gripais, crises leves de asma e irritações respiratórias relacionadas à fumaça e poeira.

Resposta durante o evento	• **Atendimento a Doenças Infecciosas:** Identificar pacientes com febre, diarreia, vômitos e suspeita de dengue, leptospirose e outras infecções, realizando avaliação e encaminhamento quando necessário. • **Atendimento a Ferimentos e Acidentes Leves:** Realizar curativos, limpeza de ferimentos, avaliação de lesões superficiais e primeiros cuidados. • **Prevenção de Agravamentos:** Orientar os pacientes sobre sinais de alerta, hidratação, cuidados domiciliares e necessidade de retorno em caso de piora. • **Encaminhamento de Casos Graves:** Identificar situações que ultrapassem a capacidade de atendimento da unidade e providenciar encaminhamento para hospital de referência, acionando o SAMU quando necessário. • **Registro dos Atendimentos:** Registrar os casos atendidos, sintomas identificados, procedimentos realizados e encaminhamentos efetuados.
Recuperação após o evento	• **Manter a equipe atenta à identificação de sinais** e sintomas de doenças relacionadas às enchentes e alagamentos, como leptospirose, hepatite A, gastroenterites e infecções de pele, realizando encaminhamento para Vigilância em epidemiológica • **Reorganização dos Serviços:** Restabelecer os fluxos habituais de atendimento, reorganizando agendas e equipes conforme a demanda. • **Reposição de Insumos:** Verificar os materiais e medicamentos utilizados durante o evento e providenciar a reposição dos estoques. • **Avaliação das Condições Estruturais:** Inspecionar as instalações físicas, equipamentos, abastecimento de água e energia elétrica, identificando necessidades de manutenção. • **Acompanhamento Epidemiológico:** Comunicar à Vigilância em Saúde os casos suspeitos de doenças de notificação compulsória e contribuir para o monitoramento de surtos.

	• **Orientações à População:** Reforçar orientações sobre prevenção de doenças, cuidados com água e alimentos, hidratação e prevenção de acidentes. • **Avaliação das Ações Realizadas:** Levantar dificuldades encontradas, volume de atendimentos, insumos utilizados e necessidades de melhorias nos procedimentos. • **Acolhimento Psicossocial:** Identificar pessoas em sofrimento emocional após situações de desastre e orientar o acesso aos serviços municipais de saúde mental.

As linhas de cuidado e os fluxos assistenciais dos serviços de urgência e emergência deverão ser organizados e adaptados conforme a magnitude, a natureza e a abrangência geográfica dos eventos climáticos e ambientais. Deverá ser garantida a continuidade dos atendimentos, com monitoramento permanente da demanda assistencial e comunicação oportuna à gestão municipal sobre possíveis comprometimentos da capacidade operacional dos serviços.

Além disso, deverão ser estabelecidos e/ou reorganizados fluxos específicos para o atendimento de agravos associados aos eventos, incluindo desidratação e doenças relacionadas ao calor, doenças respiratórias, agravos relacionados a eventos hidrometeorológicos, arboviroses e doenças associadas ao contato com águas de enchentes e alagamentos, como leptospirose e doenças diarreicas agudas.

A assistência deverá ser organizada por meio de acolhimento e triagem dos usuários, considerando as condições clínicas apresentadas, a identificação de sinais de alerta, a avaliação da necessidade de atendimento prioritário e os encaminhamentos necessários, de acordo com a capacidade operacional do serviço e os fluxos estabelecidos na rede municipal de saúde.

MATRIZ DE AÇÕES DO CENTRO MÉDICO – URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE BAIXA COMPLEXIDADE

Observação: As ações descritas são compatíveis com a estrutura de um Centro Médico de pequeno porte, limitado ao atendimento de baixa complexidade. Não estão contemplados

procedimentos de alta complexidade, internações, cirurgias, suporte intensivo ou atendimentos especializados avançados. Os casos que ultrapassarem a capacidade assistencial da unidade deverão ser encaminhados à rede de urgência e emergência de referência.

MATRIZ DE AÇÕES – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Fase	Principais ações
Preparação antes do evento	• Estabelecer procedimentos para proteção, transferência e registro de perdas de medicamentos. • Manter estoque estratégico de medicamentos essenciais para atendimento aos pacientes, incluindo medicamentos para doenças crônicas, soro de reidratação oral e antibióticos, inclusive para tratamento de leptospirose, conforme disponibilidade e padronização municipal. • Realizar inventário periódico dos estoques, verificando prazos de validade, quantidades disponíveis e necessidade de reposição. • Identificar possíveis riscos de desabastecimento e informar à Gestão as necessidades que possam comprometer a assistência aos pacientes. • Disponibilizar formulários e procedimentos para transferência emergencial e registro de perdas de medicamentos.
Resposta durante o evento	• Realizar classificação rápida de risco dos estoques, identificando os medicamentos prioritários para retirada e proteção. • Organizar a transferência emergencial de medicamentos para locais seguros, conforme a necessidade. • Adotar medidas de proteção dos medicamentos termossensíveis, realizando o manejo adequado dos refrigeradores em situações de queda de energia elétrica. • Apoiar a distribuição e o remanejamento de medicamentos entre os serviços, quando necessário. • Registrar as transferências emergenciais e as perdas de medicamentos em formulários específicos.

Recuperação após o evento	• Realizar inventário dos medicamentos danificados, perdidos ou comprometidos durante o evento. • Providenciar a reposição dos medicamentos utilizados, danificados ou perdidos. • Verificar as quantidades disponíveis, os prazos de validade e a necessidade de reposição dos medicamentos. • Restabelecer os níveis adequados de estoque e reorganizar a disponibilidade de medicamentos para atendimento aos pacientes. • Consolidar os registros de perdas, transferências e reposições, comunicando à Gestão as necessidades identificadas.

Fase	Principais ações
Preparação antes do evento	• Manter os veículos disponíveis, abastecidos e em condições adequadas de funcionamento para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde. • Manter atualizada a relação de motoristas ativos e seus respectivos contatos para acionamento em situações de emergência. • Conhecer os fluxos de transporte, serviços de referência e rotas alternativas para situações de bloqueio de vias ou dificuldade de acesso. • Verificar periodicamente as condições de conservação, documentação, abastecimento e segurança dos veículos. • Elaborar e estabelecer plano de retirada preventiva dos veículos da sede do setor de Transporte, considerando que o local está situado em área sujeita a alagamentos, definindo local seguro para estacionamento, responsáveis pela remoção e acionamento dos motoristas antes que as vias se tornem intransitáveis.
Resposta durante o evento	• Disponibilizar transporte para pessoas em situação de vulnerabilidade, profissionais de saúde em visitas, buscas ativas, inspeções e investigações, conforme necessidade. • Realizar transporte de amostras, medicamentos e demais materiais necessários, conforme a demanda dos serviços de saúde

	• Utilizar rotas alternativas quando houver bloqueios, alagamentos ou outras condições que comprometam o deslocamento, priorizando a segurança dos usuários e trabalhadores. • Executar a retirada dos veículos para o local seguro previamente definido sempre que houver risco de alagamento, evitando danos à frota municipal. • Informar imediatamente à Gestão qualquer situação que comprometa a segurança dos usuários, trabalhadores, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos ou a continuidade da assistência.
Recuperação após o evento	• Avaliar as condições dos veículos utilizados durante o evento, identificando possíveis danos e necessidades de manutenção. • Providenciar o abastecimento, a limpeza e a manutenção dos veículos, garantindo o restabelecimento das condições adequadas de uso. • Reorganizar a disponibilidade dos veículos e motoristas para garantir a continuidade das atividades da rede municipal de saúde. • Avaliar as dificuldades encontradas durante o transporte e propor melhorias nos fluxos, rotas e procedimentos para futuras situações de emergência. • Avaliar possíveis danos aos veículos e às instalações do setor, providenciando as medidas necessárias para recuperação e retomada das atividades.

Objetivo: Garantir a proteção dos medicamentos, a manutenção dos estoques essenciais e a continuidade da assistência farmacêutica aos pacientes antes, durante e após situações de emergência.

MATRIZ DE AÇÕES – TRANSPORTE

Objetivo: Garantir a disponibilidade, a segurança e a preservação da frota da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente diante do risco de alagamento na sede do setor de

Transporte, assegurando a continuidade dos serviços e o deslocamento seguro de usuários e profissionais.

MATRIZ DE AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fase	Principais ações
Preparação antes do evento	• Manter atualizados os contatos dos responsáveis, substitutos e equipes mínimas dos serviços de saúde. • Identificar recursos disponíveis, como veículos, combustível, medicamentos, insumos, EPIs, água e geradores. • Conhecer a autonomia de água, energia e comunicação das unidades de saúde. • Mapear unidades em áreas de risco, rotas de acesso e locais alternativos para atendimento. • Garantir estoque mínimo estratégico e manutenção preventiva dos geradores e equipamentos essenciais. • Manter contatos das referências regionais e estaduais para solicitação de apoio.
Resposta durante o evento	• Coordenar as ações de resposta em conjunto com o Ponto Focal do VIGIDESASTRES. • Mobilizar recursos humanos, materiais e logísticos, priorizando os serviços essenciais. • Apoiar a reorganização das equipes e dos serviços diante de situações de interrupção ou sobrecarga. • Verificar os estabelecimentos de saúde afetados, identificando danos estruturais, comprometimento de equipamentos e condições de funcionamento. • Preencher os formulários e instrumentos oficiais necessários, registrando as ocorrências, os danos e as perdas identificadas nos serviços de saúde.

	• Registrar as perdas de medicamentos, insumos, equipamentos e materiais, comunicando imediatamente à Gestão. • Articular o apoio da Defesa Civil e demais secretarias, conforme a necessidade, solicitando apoio externo quando a capacidade municipal for insuficiente.
Recuperação após o evento	• Coordenar a retomada gradual dos serviços de saúde. • Recompor estoques de medicamentos, insumos e demais recursos utilizados. • Avaliar danos, necessidades e pendências nas unidades de saúde. • Acompanhar o restabelecimento da infraestrutura, dos acessos e dos atendimentos. • Consolidar os registros de danos e perdas, encaminhando as informações aos setores responsáveis. • Avaliar as ações realizadas e atualizar os planos de contingência, quando necessário. • Registrar dificuldades, pendências e lições aprendidas durante o evento.

Objetivo: Coordenar a resposta da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a mobilização de recursos, o registro dos danos e perdas, a articulação entre os setores e a continuidade dos serviços essenciais de saúde antes, durante e após situações de emergência

FINANCEIRO E COMPRAS

Fase	Principais ações
Preparação antes do evento	• Realizar levantamento das necessidades de materiais, equipamentos e serviços essenciais para atendimento em situações de emergência. • Verificar, junto aos setores competentes, a disponibilidade orçamentária e financeira para eventuais contratações emergenciais. • Manter atualizadas as informações referentes aos contratos e às atas de registro de preços vigentes.

	• Identificar fornecedores e prestadores de serviços aptos a atender às demandas emergenciais da Secretaria Municipal de Saúde.
Resposta durante o evento	• Intensificar o acompanhamento das demandas administrativas e financeiras das unidades de saúde. • Verificar a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para atendimento das necessidades prioritárias. • Articular com os setores responsáveis a possibilidade de aquisição de materiais e contratação de serviços essenciais. • Priorizar a tramitação dos processos administrativos relacionados à preparação das unidades de saúde para possíveis desastres.
Recuperação após o evento	• Priorizar o atendimento às solicitações emergenciais encaminhadas pelas unidades de saúde e autorizadas pela gestão. • Adotar, junto aos setores competentes, as providências administrativas necessárias às aquisições e contratações emergenciais, observando a legislação vigente. • Articular com os setores financeiro, contábil e de compras a disponibilização e execução dos recursos necessários às ações de enfrentamento. • Acompanhar os processos de aquisição e contratação emergencial, garantindo agilidade, registro documental e transparência. • Apoiar a organização da documentação necessária à prestação de contas dos recursos utilizados durante a emergência.

Fonte: Elaboração própria

8. ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO

A ativação das ações previstas neste Plano ocorrerá conforme os três níveis operacionais — Normalidade, Atenção e Emergência — considerando os avisos e alertas oficiais, a avaliação dos riscos e os possíveis impactos sobre a população e os serviços de saúde.

A desativação das ações de resposta será realizada de forma gradual, após a redução dos riscos e a estabilização dos serviços, contemplando o registro das ações executadas, dos danos identificados e das necessidades remanescentes

A ativação e a desativação dos níveis operacionais serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de sua gestão, com base na avaliação do cenário, nas informações disponibilizadas pelos órgãos competentes e nas condições observadas no município.

9. RECUPERAÇÃO E AVALIAÇÃO PÓS-EVENTO

Após a ocorrência de eventos climáticos ou ambientais que provoquem impactos à população ou aos serviços de saúde, deverão ser adotadas medidas de recuperação e avaliação, visando ao restabelecimento da normalidade e ao aprimoramento das ações de preparação e resposta.

Entre as principais medidas, destacam-se:

- Identificar e avaliar os danos à infraestrutura, aos equipamentos, aos estoques e aos serviços de saúde.
- Monitorar os agravos à saúde e acompanhar a evolução dos indicadores epidemiológicos.
- Restabelecer os estoques de medicamentos, vacinas, insumos e equipamentos necessários à continuidade dos serviços.
- Intensificar as ações de vigilância relacionadas à qualidade da água para consumo humano, aos vetores, aos alimentos e à saúde do trabalhador.
- Reavaliar as necessidades dos grupos populacionais vulneráveis e garantir o acompanhamento psicossocial, quando necessário.
- Registrar as ações realizadas, identificar as dificuldades e as lições aprendidas e atualizar este Plano de Preparação, visando ao aprimoramento da atuação diante de futuros eventos.

10. CONTATOS DAS EQUIPES E SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Para facilitar a comunicação, a articulação entre as equipes e o acionamento dos setores envolvidos durante as situações de atenção e emergência, estão relacionados abaixo os

contatos telefônicos institucionais da Secretaria Municipal de Saúde de Marechal Floriano.

Quadro 3 – Contatos telefônicos dos setores da Secretaria Municipal de Saúde de Marechal Floriano–ES

NÚMERO DA LINHA	LOCAL
(27) 93618-4190	Secretaria
(27) 93618-4180	Secretaria – Compras
(27) 93618-4214	Setor de Transporte
(27) 93618-4226	Farmácia Básica
(27) 93618-4203	Centro de Saúde
(27) 93618-4236	Vigilância Sanitária
(27) 93618-4303	Vigilância Epidemiológica
(27) 93618-4313	Vigilância Ambiental
(27) 93618-4174	APS

Fonte: Elaboração própria

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (AGERH). Bacia Hidrográfica do Rio Jucu. Vitória: AGERH, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 6. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Mudanças climáticas para profissionais de saúde: guia de bolso. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mudancas_climaticas_profissionais_saude_2ed.pdf. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 18/2023-SVSA/MS. Orientações e recomendações para mitigar os riscos associados à saúde humana durante eventos e emergências em saúde pública por ondas de calor. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2023/nota-tecnica-no-18-2023-svsa-ms/view. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 138/2022-CGZV/DEIDT/SVS/MS. Reforça estratégias de detecção, monitoramento e resposta para o enfrentamento da leptospirose durante inundações e situações de desastres naturais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/nota-tecnica-138-2022-estrategias-para-enfrentamento-da-leptospirose-durante-inundacoes.pdf/view. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica Conjunta nº 354/2026-CGZHA/DEDT/SVSA/MS e CGLAB/SVSA/MS. Ações para enfrentamento da leptospirose em eventos extremos relacionados ao El Niño. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021. Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e

seu padrão de potabilidade. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt0888_07_05_2021.html. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigidesastres: Programa de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.].

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN). Nota Técnica nº 427/2026/SEI-CEMADEN: El Niño 2026/2027. Brasília, DF: CEMADEN, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/cemaden-emite-nota-tecnica-sobre-o-el-nino-2026-2027/sei_mcti-13652591-nota-tecnica-el-nino-2026-cemaden.pdf. Acesso em: 13 nov. 2026.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN). Painel El Niño 2026-2027: boletim mensal nº 05, outubro de 2026 – potenciais impactos e orientações. Brasília, DF: CEMADEN, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/monitoramento/el-nino/boletim-do-painel-el-nino-ndeg-05-outubro-de-2026-potenciais-impactos-e-orientacoes/painel-el-nino-boletim-05-outubro-2026.pdf/view. Acesso em: 13 nov. 2026.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Saúde. Sala de Situação El Niño: preparação e resposta aos impactos do El Niño. Vitória: SESA, 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Marechal Floriano: Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/marechal-floriano.html. Acesso em: 13 nov. 2026.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). Avaliação da fertilidade de solos de lavouras de café arábica em Marechal Floriano. Vitória: INCAPER, [s.d.]. Disponível em: https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/2678/1/BRT-avaliacaodafertilidadedesolosdelavourasdecafearabicaemmarechalfloriano-krholing.pdf.

Acesso em: 13 nov. 2026.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). Sistema de Aquisição e Tratamento de Dados Meteorológicos do Espírito Santo (SATDES). Vitória: INCAPER, [s.d.]. Disponível em: https://satdes.incaper.es.gov.br/. Acesso em: 13 nov. 2026.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Perfil municipal: Sudoeste Serrana – Marechal Floriano. Vitória: IJSN, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). Painel El Niño: boletim de outubro é divulgado. Brasília, DF: INMET, 29 out. 2026. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/noticias/painel-el-nino-boletim-de-outubro-e-divulgado. Acesso em: 13 nov. 2026.

KROHLING, C. A. et al. Avaliação da fertilidade de solos de lavouras de café arábica em Marechal Floriano. [S.l.]: INCAPER, [s.d.].

MARECHAL FLORIANO (ES). Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil. Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil – PLANCON: deslizamentos de grande impacto e inundações bruscas e graduais. Versão 5. Marechal Floriano: COMPDEC, 2024.

MARECHAL FLORIANO (ES). Prefeitura Municipal. Informações gerais. Marechal Floriano: Prefeitura Municipal, [s.d.].

SISTEMA DE TECNOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL DO PARANÁ (SIMEPAR). Nota Técnica El Niño 2026. Curitiba: SIMEPAR, 2026.em: 13 nov. 2026